

A luta contra os juros altos

A manifestação que a Força Sindical realizou em Brasília, no dia 16 março, data da última reunião do Comitê de Política Monetária – Copom – teve por objetivo mais do que protestar contra as altas de juros. O que está em jogo é uma causa maior: o Brasil mal voltou a crescer e o Banco Central coloca novamente uma trava para o crescimento.

Em 2004, o País cresceu 5,2%, mas isto nem se configurou motivo de comemoração, porque a comparação é feita com 2003, ano que o País encolheu 0,2%.

Ainda assim, o BC voltou sua artilharia contra a recuperação econômica, que começava a se manifestar, ainda timidamente, no nível de emprego. A partir do terceiro semestre do ano passado, quando os juros voltaram a subir, o crescimento estagnou.

Durante a reunião dos tecnocratas do Banco Central, dirigentes sindicais de diversos estados fizeram uma vigília em Brasília. Com velas acesas, eles fizeram uma passeata que saiu da Esplanada dos Ministérios e terminou na sede do Banco Central. Os manifestantes também fizeram uma sardinhada no dia da decisão da nova taxa.

Segundo o presidente da Força Sindical Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, as manifestações vão continuar. “Enquanto o governo privilegiar os especuladores e os banqueiros com essa política recessiva, nós vamos protestar”, afirmou.

A intenção, segundo ele, é fazer manifestações em diversos estados durante as reuniões do Copom. Este mês elas devem acontecer nos dias 19 e 20. “É preciso mostrar nossa indignação, queremos mudanças na economia”, cobrou Paulinho.

Vale ressaltar que hoje somos os campeões em taxas de juros no mundo. O governo precisa entender que a taxa estratosférica é contrária a qualquer projeto de desenvolvimento para o Brasil, pois está asfixiando a economia.



Sindicalistas da Força fizeram vigília e cobraram redução dos juros em Brasília

POSSE DOS METALÚRGICOS DE SP



Diversas autoridades prestigiaram a posse da nova diretoria

A nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo tomou posse no início de abril, na presença de 3 mil pessoas, entre as quais, o governador Geraldo Alckmin, o prefeito José Serra, o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini e o presi-

dente do TST, ministro Vantuil Abdala.

Presidida por Eleno Bezerra, a nova diretoria irá fortalecer a luta pelo emprego, melhores salários, redução dos juros e dos impostos, pela reforma Sindical e por programas de requalificação profissional.



FILIADO À CIOSL-ORIT

FUNDADOR

Luiz Antonio de Medeiros

PRESIDENTE

Paulo Pereira da Silva

DIRETORIA EXECUTIVA Melquíades

Araújo, Antonio S. Ramalho, Eunice Cabral, Sérgio Butka, Paulo Fernandes Lucânia, Danilo Pereira da Silva, João Carlos Gonçalves, Francisco C. Lacerda, Nair J. Goulart, Carlos C. Lacerda, Antonio A. do Amaral, Osvaldo O. Mafra, Walter Fabro, Geraldino S. Silva, Marco A. M. Lima, Luiz de Oliveira Rodrigues, Roberto Ferreira, Francisco P. S. Filho, Valdecia J. Trindade, Ricardo Patah, Antônio Sérgio Farias, Rubens Romano, Herbet Passos, José Francisco Campos, Arnaldo Gonçalves, Antonio Gonçalves, Almir Munhoz, Antonio Silvan Oliveira, José Pereira dos Santos, Joaquim José da Silva, Cláudio Magrão de Camargo, Neuza Barbosa de Lima, Mônica O. L. Veloso, José Francisco Simões, Adalberto Souza Galvão, Nelson da Silva e Abraão Lincoln da Cruz.

CONSULTORIA

Luiz Fernando Emediato

ASSESSORIA

João Pedro de Moura
Jorge Luis Pires

ASSESSORIA DE IMPRENSA

REDAÇÃO

Dalva Ueharo
Milena Carnielli

COLABORAÇÃO

Rodrigo Telmo Lico

DIAGRAMAÇÃO E ARTE

Fabricio Luiz Felix

JORNAL 1º de MAIO é uma publicação da central de trabalhadores **FORÇA SINDICAL**

Rua Galvão Bueno, 782 - 9º andar
01506-000 - São Paulo/SP - Brasil
Tel.: (11) 3347-4000

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Jorge Luis Pires

DIRETOR RESPONSÁVEL

João Carlos Gonçalves

www.fsindical.org.br

Editorial

Democracia: quanto mais, melhor

O movimento sindical é fundamental para a democracia de um país. Com a reabertura democrática no Brasil que comemora 20 anos, isso fica claro.

Quando a ditadura se instalou – no ano fatídico de 1964 – uma das primeiras providências foi reprimir a organização sindical.

Trabalhadores organizados eram sempre vistos por regimes autoritários como “subversivos”.

Depois do AI-5, em 68, a coisa piorou e o país mergulhou de vez nas trevas. Os trabalhadores, os sindicalistas, não abandonaram a luta, mes-

mo sob riscos.

Há uma relação entre o grau de liberdade que se tem em uma nação e o grau de liberdade dentro das fábricas. Se o presidente é ditador, o patrão tende a ser também, pois nem o povo e nem o operário podem se manifestar.

Na luta pela abertura estávamos todos lá. Fomos às ruas na campanha das Diretas, participamos intensamente da construção da democracia tão aguardada.

Hoje, estamos prestes a ter uma reforma que vai modernizar o sindicalismo. Temos voz garantida nos meios de comunicação e podemos fa-

Paulo Pereira da Silva



lar abertamente. Todos os anos, vemos o espetáculo da democracia no 1º de Maio, que reúne mais de 1 milhão de pessoas.

E o Brasil é um país melhor, muito melhor. O que mostra que um país precisa de um sindicalismo e de uma democracia fortes.

Paulo Pereira da Silva, Paulinho,
Presidente da Força Sindical

Artigo

A importância da reforma sindical

Construir uma sociedade mais justa exige a contribuição de cada um de nós. É muito fácil criticar a Reforma Sindical, pois ela põe a prova toda uma gama de responsabilidades e a credibilidade das entidades sindicais. No entanto, ela foi amplamente negociada entre sindicalistas, patrões e governo. A proposta será debatida e aprimorada pelo Congresso Nacional, ou seja, tudo foi e será feito de forma democrática.

A proposta estabelece medidas que visam aumentar a representatividade dos sindicatos. Por exemplo, a exigência de um número mínimo de as-

sociados, ou seja, 20% dos trabalhadores que cada entidade representa, a fim de inibir a proliferação dos sindicatos de gaveta. Há alterações também no sistema de custeio das entidades. As contribuições confederativa, assistencial e sindical serão extintas. Esta última vai acabar de maneira gradativa. Será estabelecida uma contribuição negocial, que não poderá ultrapassar 1% do valor da remuneração líquida recebida pelo trabalhador no acumulado dos 12 últimos meses.

Outro ponto importante é a garantia da representação dos trabalhadores nos locais de trabalho. Empresas que já adota-

Danilo Pereira da Silva



Arquivo Força

ram essa medida estão registrando uma significativa melhoria nas negociações, as entidades sindicais se tornaram mais representativas e aumentou o número de trabalhadores sindicalizados.

O resultado será uma maior organização dos trabalhadores e, conseqüentemente, os sindicatos serão fortalecidos.

Danilo Pereira da Silva
Presidente da Força Sindical São Paulo

Festa do Trabalhador já está nas ruas

Entidades sindicais estão distribuindo cupons para evento na Praça Campo de Bagatelle

Shows, sorteios de carros e apartamentos e análise sobre tudo que diz respeito a nós trabalhadores. Tudo isto ocorrerá na festa de 1º de Maio que a Força Sindical fará na Praça Campo de Bagatelle, na zona Norte de São Paulo. Já é uma festa tradicional, considerada a maior do planeta. São esperadas cerca de 1,5 milhão de pessoas.

“É um dia de diversão e de reflexão”, disse Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da Força, que vem defendendo mudanças na política econômica para gerar mais empregos e distribuir melhor a renda aos trabalhadores. Estarão presentes trabalhadores de diversas cidades do país.

Devem se apresentar gratuitamente, Daniel, Banda Calypso, Rick e Rener, Rodriguinho, Boka Loka, Revelação, Sorriso Maroto, Guilherme e Santiago, Bruno e Marrone, Zezé di Camargo e Luciano, Rio Negro e Solimões, Alexandre Pires, Edson e Hudson e Sandy e Júnior, entre outros artistas consagrados. O repertório será variado, com música sertaneja, romântica e forró.

O trabalhador poderá concorrer a 10



Evento deste ano deve repetir sucesso do ano passado e reunir 1,5 milhão de pessoas

carros e a 5 apartamentos de dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Para participar do sorteio é preciso retirar com antecedência os impressos nos sindicatos filiados à Força ou nos postos volantes que percorrem estações de trens, metrô, terminais de ônibus e ruas de grande concentração de pessoas.

Os cupons devem ser preenchidos e

colocados nas urnas que estarão instaladas ao longo da Praça Campo de Bagatelle, no dia da festa.

BANDEIRAS DE LUTA

- Menos impostos • Reforma Sindical
- Redução de jornada • Geração de empregos
- Queda nos juros
- Recomposição das perdas dos aposentados

Outros Estados

Entidades de diversos estados também farão ato

A festa do trabalhador é um sucesso também em outros estados do País. Em Salvador, reivindicando também mais empregos e menos impostos, o evento acontece em quatro cidades, Camaçari, na av. Comercial; Ilhéus, na Orla Norte; Itapeti, na Praça da Matriz, e em Salvador, são esperadas 150 mil pessoas.

No estado do Paraná, o 1º de Maio será Solidário: 2kg de alimentos não perecíveis dão direito a um cupom para concorrer a dois carros, um apartamento e 10 motos. Levantando as bandeiras de menos juros, mais empregos e a redução da jornada de

trabalho, estarão os municípios de Curitiba, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Cascavel, Campo Largo e o Litoral.

Em parceria com a prefeitura, as cidades paranaenses realizam o Projeto Cidadania, que orientará o público nos mais diversos assuntos e prestará serviços, como exame de pressão arterial.

Em Caçador, Santa Catarina, o Sindicato dos Metalúrgicos, vai sortear duas motos e 10 bicicletas. A festa acontece na Praça Nossa Senhora Aparecida.

O município de São Caetano do Sul, no ABC paulista, realiza a festa no sábado, dia

30 de abril, no Espaço Matarazzo, cedido pela prefeitura. Além dos shows, o público, de 15 a 20 mil pessoas estão previstas, também conta com postos de atendimento.



Evento também já é tradicional na Bahia

Central cobra participação nos Conselhos

Divulgação



Pereira: queremos discutir e apresentar propostas para o Sistema S

Os trabalhadores querem participar da administração do Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac e Sebrae). Segundo José Pereira dos Santos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, nos dias 13 e 14 de abril foram discutidas as formas de participação. “Queremos estar presentes nos conselhos das entidades de forma tripartite e paritária”, cobrou.

O debate sobre a forma de participação ocorreu no grupo do Sistema S e a sugestão foi encaminhada ao Fórum Nacional do

Trabalho, que tomará a decisão final. O Sistema S arrecada R\$ 8 bilhões por ano, ou seja, quase três vezes mais do que a União gasta com saneamento básico por ano.

“Os empresários administram estes recursos há 60 anos. O dinheiro é arrecadado compulsoriamente, como um imposto qualquer descontado da folha de pagamento de 1,9 milhão de empresas do País. Como as empresas repassam os impostos para os preços dos produtos, estes recursos são da sociedade”, declarou Pereira.

Jorginho é reeleito em Osasco



“Vamos intensificar a luta”, diz Jorginho

Tomou posse no dia 1º de abril, a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, tendo como presidente Jorge Nazareno. Participaram do evento cerca de 600 pessoas, entre elas, o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini e lideranças sindicais e representantes da AFL-CIO e ORIT.

A nova diretoria dará continuidade a projetos como o Eremin e a Credmetal. O sindicato intensificará ainda a defesa dos direitos dos metalúrgicos, inclusive com a participação em lutas nacionais por políticas que influenciam o cotidiano dos trabalhadores como a reforma sindical.

Arquivo Força

Dieese

Metalúrgico assume direção do Dieese

Carlos Andreu Ortiz, primeiro-secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo assumiu, em janeiro, a presidência do Dieese. Sua gestão à frente daquele órgão será por dois anos.

“Fico muito feliz em assumir esse cargo, principalmente agora, que o Dieese vai completar 50 anos e o Sindicato dos Metalúrgicos foi um de seus fundadores”, declara Ortiz.

“O Dieese nos permite ver o País com

mais profundidade. Seus dados e estudos, combinados com a experiência que todo sindicalista tem de observação nas fábricas e nas ruas, se tornam poderosos instrumentos de luta em busca de transformações sociais”, afirma Ortiz.

O novo presidente disse acreditar que o Dieese deve passar por uma transformação, já que as mudanças previstas na reforma sindical terão influência na manutenção da entidade.



Ortiz comandará entidade por 2 anos

Jaércio Santana

Força quer manter unicidade na base

A nova proposta foi apresentada durante audiência pública realizada na Comissão do Trabalho, em Brasília

A Força Sindical quer mudança no texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma sindical referente à unicidade. A proposta foi apresentada na audiência pública sobre a reforma realizada no último dia 6 de abril, na Comissão do Trabalho da Câmara.

A intenção, segundo o presidente da Força, Paulo Pereira da Silva, é a de manter a unicidade sindical na Constituição.

Segundo ele, a mudança vai facilitar a aprovação da reforma. Paulinho explicou que o fim da unicidade é o grande entrave e o que provoca maiores resistências no meio sindical. “O Congresso é o local para fazer as alterações e a mudança facilitará a aprovação”, disse o sindicalista.

Para a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Brinquedos de São Paulo, Maria Auxiliadora, a alteração da Força é um avanço. “É preciso apresentar proposta de consenso, e foi isso que fizemos”.

O presidente do Sindicato dos Hoteleiros de Pernambuco, Marco Aurélio de Medeiros, acredita que é importante manter a unicidade mais a representatividade para fortalecer os verdadeiros sindicatos.

Depois de aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), será criada uma comissão especial para analisar o projeto.



“O Congresso é o lugar para fazer alterações que vão facilitar a aprovação”, diz Paulinho



Marco Aurélio: unicidade e representatividade



Maria Auxiliadora: proposta de consenso

Força São Paulo

Nova diretoria assume Força Estadual



Uma das metas da nova diretoria é estimular a sindicalização no estado

Nova diretoria da Força Estadual São Paulo tomou posse no último dia 5 de abril. A entidade será presidida nos próximos quatro anos pelo presidente da Federação dos Químicos do Estado, Danilo Pereira da Silva. Danilo apresentou como bandeiras de luta o fortalecimento e a reorganização das regionais da central, a discussão de um salário mínimo estadual, ampliação da qualificação profissional e estímulo à sindicalização.

Trabalhadores na Construção Civil criam secretaria nacional

Foi criada dia 4 de abril, a Secretaria Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil da Força Sindical. “É um embrião da Confederação dos Trabalhadores deste setor”, disse Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da entidade. Para ele, os sindicalistas devem se empenhar junto com os patrões na liberação de verbas e nesta parceria, conquistar benefícios para a categoria.

A Secretaria será comandada por Antonio de Sousa Ramalho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo. O secretário-geral será Milton Della Costa, da Federação Nacional dos Trabalhadores da Construção Pesada. “Nosso objetivo é fortalecer a categoria e buscar parcerias para a geração de empregos”, adiantou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Pesada, Antonio Berekedjian.

A nova entidade nasceu para fortalecer a categoria. Ramalho informou que o déficit habitacional é de 6 milhões e 600 mil unidades e o déficit na área de saneamento básico é ainda maior. No entanto, este quadro não é retrato da falta de recursos. O dinheiro existe. Foram liberados R\$ 7,2 bilhões do FGTS e R\$ 10,2 bilhões pelo Ministério das Cidades, mas até agora foram usados apenas 10% do total.



Ramalho e Berekedjian: Secretaria trará benefícios para os trabalhadores



Borracheiros

Categoria pede aumento real de 8%

Em assembléia realizada no início de abril, na sede central do Sindicato dos Borracheiros da Grande São Paulo, trabalhadores em indústrias de artefatos de borracha, pneumáticos e afins, aprovaram a pauta de reivindicações, discutida em encontro nacional, que foi entregue, em 4 de abril, ao sindicato patronal e às empresas Pirelli, Firestone, Goodyear. Eles reivindicam a reposição integral da inflação, aumento real de 8%, participação nos lucros ou resultados,

manutenção do nível de emprego, redução de jornada de trabalho, convênio médico gratuito, entre outras.

Ao final da assembléia houve sorteios de carro e prêmios, como um carro que faz parte da Campanha de Sindicalização feita pela entidade. “Atingimos um número bastante significativo de trabalhadores. Temos 70% da categoria sindicalizada e pretendemos chegar a 100%” declarou Terezinho Martins da Rocha, presidente do Sindicato.



Terezinho comanda a assembléia

Setor aguarda reunião com governo



Manifestação em Curitiba cobrou garantia de emprego no setor

Depois de realizar manifestações em todo o País contra as demissões no ramo metalúrgico de máquinas e equipamentos agrícolas, os sindicatos aguardam uma reunião com o ministro do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan para impedir novas demissões no setor. Só em janeiro e fevereiro foram 4 mil trabalhadores demitidos, cerca de 10% do total que o setor emprega.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Mogi das Cruzes e região, Eleno José Bezerra, essas demissões aconteceram por dois problemas: o aumento de juros, que prejudica o crescimento econômico em todo o País e o acordo da linha de financiamento que o governo fez com os empresários os desobrigando a manterem os empregos. “Isso é ruim, porque mostra um setor da economia atrasadíssimo. Além dos baixos salários, os lucros não são divididos com o trabalhador”, diz Geraldino Santos, vice-presidente da Força Sindical.

No último dia 17 de março, a Força Sindical promoveu uma paralisação em diversos municípios do País. De acordo com o diretor da Força Sindical, Clementino Tomaz Vieira, umas das empresas, a Case New Holland (CNH), que emprega 1.738 trabalhadores, garantiu estabilidade até 31 de julho.

Comerciários

Comércio aos domingos é regulamentado em São Paulo

A prefeitura de São Paulo regulamentou a abertura do comércio aos domingos. “Foi uma vitória não só da categoria, mas da sociedade, pois acabamos com uma escala de trabalho selvagem que não gerava emprego e aumentava o desgaste físico”, comemorou Ricardo Patah, presidente do Sindicato e tesoureiro-geral da Força.

A lei, que já está em vigor, estabelece que o comércio varejista somente poderá abrir no domingo com a concordância do empregado, a quem será garantida alternância de domingos. A lei frisa que é preciso que “o interessado protocole na Secretaria Municipal das Subprefeituras requerimento subscrito pelos sindicatos representativos das categorias patronais”, configurando o ato de adesão por parte do empresário. Tal requerimento, conforme a lei, “deverá ser instituído com cópia da Convenção ou do Acordo Coletivo.”



Patah: Conquista para a sociedade

O Sindicato dos Comerciários nunca foi contra o comércio aos domingos, “mas a favor de que o sindicato fosse sempre consultado”, como ressalta Patah. Só com garantias o trabalho aos domingos é possível.

A decisão em São Paulo pode influenciar a situação de comerciários em outras cidades do País.

Frentistas

Frentistas têm sua própria Federação Nacional

Os trabalhadores em postos de gasolina têm a sua própria federação nacional reconhecida de forma legal. Segundo Antonio Porcino Sobrinho, presidente da entidade, a instituição já existia desde 1992 de fato. Agora, com a Carta e Código Sindicais expedidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego tornou-se uma instituição de direito, oficial.

Os trabalhadores em postos de gasolina do Brasil só poderão ser representados pela Federação Nacional dos Frentistas. “É uma vitória”, comemorou Porcino.

De acordo com Porcino, a Federação dos Frentistas dará mais força aos trabalhadores do setor nas negociações com os patrões e o governo. Atualmente são 28 mil postos de gasolina no Brasil, que empregam entre 380 mil a 400 mil trabalhadores.

Evento acontece em Agosto

A Força Sindical realizará no Parque Anhembi, em São Paulo, entre os dias 2, 3 e 4 de agosto, o 5º Congresso Nacional da central. “Será um momento importante para debater e apresentar a nossa contribuição para a construção de uma sociedade mais justa”, define Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da entidade.

Cerca de 2.500 dirigentes sindicais de

diversos Estados participarão do Congresso. Além disso, entidades internacionais também foram convidadas, entre elas: OIT (Organização Internacional do Trabalho), CIOLS (Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres), AFL-CIO (Organização Sindical Internacional Americana) e centrais sindicais da Argentina e Itália.



Congresso acontece no Parque Anhembi

Opinião

Dispensar o FMI: decisão arriscada?

Paulo Nogueira Batista Jr.

A decisão de não renovar o acordo com o FMI foi bem recebida, aqui como no exterior. Ela pode ser considerada até tardia. Já no final de 2003 era possível perceber que o Brasil tinha condições de dispensar o apoio financeiro do Fundo. O governo Lula acabou resolvendo, na época, prorrogar por mais 15 meses, até março deste ano, o acordo “stand-by” com o FMI. Mas nem foi necessário sacar os recursos disponíveis neste último empréstimo.

De qualquer maneira, fica a dúvida: o restante de 2005 e o ano de 2006 serão tão tranqüilos quanto foram os últimos 15 meses? Ainda não é expressiva a vulnerabilidade da economia?

As dúvidas são legítimas – afinal, a Fazenda e o Banco Central não insistem em continuar seguindo as mesmas políticas que o Fundo recomendaria? Não seria melhor, nesse caso, continuar contando com alguma cobertura financeira do FMI? O próprio ministro da Fazenda parece ter hesitado muito em desligar-se do apoio do FMI.

Pequeno problema: há sinais de que o Fundo estava relutante em prolongar a relação com o Brasil, país que recebeu parcela tão expressiva dos seus empréstimos no período 1998-2003. Os recursos do FMI não são ilimitados, como se sabe.

O ministro Palocci não teve, tudo indica, outro remédio senão “andar com

as próprias pernas”. Segundo se noticiou, Palocci só teria se decidido pela não renovação do acordo depois que obteve do FMI a “garantia” de que, em caso de necessidade, o Brasil poderá negociar novo acordo de forma rápida.

Ninguém pode saber o que acontece exatamente nos bastidores de decisões como essa. Mas, com a experiência de quem já negociou com o FMI e acompanha o tema há mais de 20 anos, posso dizer pelo menos o seguinte: não se deve confiar totalmente em “garantias” desse tipo, que são por sua natureza informais.

O ano de 2005 não parece oferecer riscos muito graves, ainda que as contas fiscais e externas do Brasil continuem apresentando pontos importantes de fragilidade. No entanto, 2006 poderá ser um ano perigoso. Por três motivos, basicamente. Primeiro: as insuficiências da política econômica brasileira, especialmente a falta de foco na proteção da posição externa do país, ainda deixam a economia bastante vulnerável a turbulências internas e choques externos. Segundo: há muitas fontes de incerteza no âmbito mundial (os imensos desequilíbrios da economia dos EUA, o risco de redução da liquidez internacional e da disponibilidade de capitais para economias “emergentes”, o comportamento do preço do petróleo, entre outras). Terceiro: 2006 é ano de eleições no Brasil.

O presidente Lula estará tentando a reeleição. Imagine, leitor, que a disputa eleitoral se dê em meio a uma situação de deterioração da situação econômica interna e/ou internacional. Foi o que aconteceu em 1998, quando Fernando Henrique Cardoso concorreu à reeleição num período de choques externos (crise da Rússia) e forte crise no Brasil.

Naquele ano, o FMI mobilizou-se rapidamente e teve papel decisivo na coordenação de um megapacote de financiamento emergencial ao Brasil. Esse pacote permitiu adiar a desvalorização do real para depois das eleições e foi importante, talvez decisivo, para a reeleição de FHC.

Se necessário, o FMI estará disposto, outra vez, a fazer rapidamente um acordo com o Brasil, como teria “garantido” ao ministro Palocci? Em que condições? Em troca de que medidas e “reformas”? Lula e Palocci já desfrutam da mesma, digamos, intimidade com Washington de que desfrutavam FHC e Malan? Em caso negativo, o que terão de fazer para alcançar essa intimidade?

E que preço pagaremos, nós, brasileiros?

Paulo Nogueira Batista Jr. pnbjr@attglobal.net é economista e professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Versão condensada de artigo publicado na Agência Carta Maior (www.agenciacartamaior.com.br).